

A formulação do problema da dedução transcendental em Opus Postumum: é possível identificar, neste, elementos de uma dedução próxima àquela de 1781?

Oliveira, André Renato

Veröffentlichungsversion / Published Version

Zeitschriftenartikel / journal article

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Oliveira, A. R. (2020). A formulação do problema da dedução transcendental em Opus Postumum: é possível identificar, neste, elementos de uma dedução próxima àquela de 1781? *Griot: Revista de Filosofia*, 20(2), 50-60.
<https://doi.org/10.31977/grirfi.v20i2.1484>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer CC BY Lizenz (Namensnennung) zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den CC-Lizenzen finden Sie hier:
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.de>


Terms of use:

This document is made available under a CC BY Licence (Attribution). For more Information see:
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>

A FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DA *DEDUÇÃO* *TRANSCENDENTAL* EM *OPUS POSTUMUM*: É POSSÍVEL IDENTIFICAR, NESTE, ELEMENTOS DE UMA *DEDUÇÃO* PRÓXIMA ÀQUELA DE 1781?

André Renato de Oliveira¹

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

 <https://orcid.org/0000-0003-3840-0635>

E-mail. andrerpro@hotmail.com

RESUMO:

Este trabalho tem por objetivo demonstrar elementos argumentativos apresentados por Kant em seu trabalho final: *Opus Postumum*, que comprovaria a tentativa de Kant em desenvolver ali uma dedução, contudo, demonstraremos que esta dedução em desenvolvimento no *Opus* articula elementos que a aproximaria significativamente da *dedução transcendental* de 1781. Com isto, temos a comprovação que no *Opus* há uma reavaliação da parte subjetiva da *dedução transcendental* exposta na primeira edição da *Crítica*, o que incide numa retomada desta investigação subjetiva por Kant, buscando nesta o preenchimento da lacuna que ele considera impedir o fechamento de seu sistema.

PALAVRAS-CHAVE: Kant; *Opus Postumum*; Dedução; Crítica da razão pura.

THE FORMULATION OF THE PROBLEM OF *TRANSCENDENTAL* *DEDUCTION* IN *OPUS POSTUMUM*: IS IT POSSIBLE TO IDENTIFY, IN THIS, ELEMENTS OF A DEDUCTION CLOSE TO THAT OF 1781?

ABSTRACT:

This text aims to demonstrate argumentative elements presented by Kant in his final work: *Opus Postumum*, which proved Kant's attempt to develop a deduction, but to demonstrate that demonstrating deduction under development in *Opus* articulates elements that approach the transcendental deduction of 1781. Thus, we have proof that *Opus* has an assessment of part of the transcendental deduction set out in the first edition of the *Critique*, or that it includes a new way of discovering this assessment by Kant, seeking the gap conclusion he considered closing his case system.

KEYWORDS: Kant; *Opus Postumum*; Deduction; Critique of pure reason.

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas – SP, Brasil.

Apesar de ser qualificado como um texto obscuro e ainda pouco consultado pelos estudiosos de Kant, *Opus Postumum* é, conforme relato do próprio autor, o trabalho que “não pode faltar em meu sistema”. A importância atribuída por Kant a este texto pode ser notada por declarações do próprio autor em suas correspondências. A primeira delas que apontamos aqui é a carta a Kiesewetter, de 8 de junho de 1795, na qual Kant (Br. AA12:664, tradução nossa) diz “[...] tenho no próximo ano o desejo de oferecer ao público um contorno da ligação da fundamentação da ciência natural à física [...]”². Já em outra carta destinada a Christian Garve, datada de 21 de setembro de 1798, ele confessa ao seu interlocutor que “A tarefa à qual me dedico neste momento concerne na passagem dos fundamentos metafísicos da ciência da natureza à física” (KANT, Br AA12:820) tradução nossa)³. E por fim, novamente a Kiesewetter, em 19 de outubro de 1798, onde afirma que:

Meu estado físico é o de um velho, adoentado e um tanto inválido, mas ainda sinto suficiente força para conduzir meu trabalho e é por este trabalho que acredito finalizar a tarefa crítica e preencher a última lacuna, trabalhando a passagem dos fundamentos metafísicos da ciência da natureza à física, como parte independente da filosofia natural, esta não deve faltar em meu sistema. (KANT, Br. AA13:821, tradução nossa)⁴.

Ora, notemos aqui, de maneira literal com o auxílio destas cartas, que o objetivo de Kant com este trabalho será o de passar dos fundamentos metafísicos da natureza à física. Por outro lado, o que não está claro nestas passagens, mas que pretendemos lançar luz com esta exposição é a interpretação de elementos que caracterizariam uma dedução a fim de se pensar esta passagem (*Übergang*) proposta por Kant. Defenderemos aqui já de início que este projeto se assemelha àquele sobre a natureza material e formal, posto na *Crítica*, no qual temos uma tentativa de relacionar o interior e o exterior, – distinção entre o conceito de natureza e de mundo, por isso, concordamos que é a *Crítica* o interlocutor do *Opus Postumum* e partindo desta premissa defenderemos a existência de uma dedução no *Opus* que daria conta da ligação entre estes dois âmbitos e que esta contaria com elementos de proximidade àquela de 1781, esta será nossa tarefa.

Infelizmente, contamos apenas com os indícios de como este projeto se realizaria, circunstância que infelizmente o torna inconclusivo. Tais indícios se apresentam muitas vezes de forma fragmentária e contraditória na obra dividida em alguns *Convolut*. Os *Convolut* X, XI, VII e I remetem-nos às dificuldades epistemológicas de 1781 e 1787; no *Convolut* IV consta a parte relacionada propriamente à física (1797-1798). Quanto ao problema do *Übergang* (passagem física), este foi retrabalhado por Kant, nos *Convolut* II, III, V, VI, VIII, IX e XII. Apenas em 1800, ele desenvolve, no *Convolut* X e XI, um esboço de elementos que poderíamos denominar como uma dedução transcendental das forças e das propriedades da matéria. No mesmo ano, constitui-se o *Convolut* VII, seguido do *Convolut* I de natureza mais metafísica.

Postos tais esclarecimentos, sobre a constituição da obra, passaremos agora a apresentar como Kant expõe, neste conjunto de fragmentos, os elementos que consideramos caracterizar a presença de uma dedução em desenvolvimento, e demonstrar como esta contaria com elementos

² [...] seit einigen Jahren einige Bogen dem Publikum schenken wollen, die den Übergang von Ihren metaphysischen Anfangsgründen der Naturwissenschaft zur Physik[...] (KANT Br.AA12:664)

³ Die Aufgabe, mit der ich mich jetzt beschäftige, betrifft den Übergang von den metaphys. Anf.-Gr. d. N. W. zur Physik (KANT Br AA12:820).

⁴ Mein Gesundheitszustand ist der eines alten, nicht kranken, aber doch invaliden; vornehmlich für eigentliche und öffentliche Amtspflichten ausgedienten Mannes, der dennoch ein kleines Maas von Kräften in sich fühlt, um eine Arbeit, die er unter Händen hat, noch zu Stande zu bringen; womit er das critische Geschäfte zu beschließen und eine noch übrige Lücke auszufüllen denckt; nämlich den Übergang von den metaphysik zur Physik, als einen eigenen Theil der philosophia naturalis, der im System nicht mangeln darf, auszuarbeiten. (KANT, Br. AA13:821).

de proximidade daquela apresentada por ele, em 1781. Para iniciarmos esta demonstração, começamos por destacar a lacuna apontada pelo próprio autor e como ele pretende preenchê-la. A tarefa de Kant (OP AA21:69) é sanar a passagem (*Übergang*) da construção do conceito a fim de fundamentar a física, associando conceitos *a priori* com a condição de possibilidade da experiência, na qual se realizariam estes conceitos. Nota-se que, para se pensar tal tarefa, é imprescindível começar pela exposição de um conceito fundamental usado por Kant que destaca esta passagem que ele pretende sanar, em *Opus Postumum*. Trata-se do *Übergang* (passagem). É a partir deste conceito que Kant propõe pensar a passagem entre a metafísica da natureza corpórea e a física enquanto ciência empírica, e será nesta e por esta tentativa de ligação que entendemos ser possível pensar uma dedução, em *Opus Postumum*.

Começamos, então, pela análise desta questão. Quanto à lacuna apontada anteriormente por Kant, em *Opus Postumum*, há uma demarcação bem precisa entre as esferas que esta separa. Tal demarcação pode ser ratificada no seguinte trecho:

O sistema dos princípios metafísicos da ciência da natureza tem seu território particular delimitado segundo os princípios *a priori*, outro é traçado pela física e é destinado a comportar num sistema chamado físico o todo que pertence à ciência da natureza enquanto é empírico. (KANT, OP AA21: 360, tradução nossa)⁵.

É sobre estes dois territórios que haveria um abismo impedindo a sua união, um abismo dificultoso de se transpor visto que a:

[...] física deve ser uma ciência como sistema, a partir de elementos empíricos reunidos pertencentes ao estudo da natureza, podendo apenas produzir de modo fragmentário um agregado, mas nunca um sistema, [...] por isso é necessário requerer um esboço da forma, no qual pelas múltiplas percepções físicas que possam nos aparecer (como material da ciência) seu lugar já pode ser atribuído um avanço (segundo um princípio *a priori*). (KANT, OP AA22:360, tradução nossa)⁶.

A questão que emerge desta posição é a clara impossibilidade de se passar imediatamente de um território ao outro, postulando, assim, a necessidade de traçar entre eles um território, mas um território neutro que preparasse esta passagem e “[...]este deve ser observado como um capítulo particular da doutrina da natureza, que não pertenceria nem totalmente ao primeiro nem ao segundo e que não serve a não ser de passagem de um ao outro [...]” (KANT, OP AA21:360, tradução nossa)⁷. Aqui, temos um primeiro elemento em defesa da nossa posição, ou seja, de que o âmbito subjetivo volta não só a fazer parte das especulações kantianas, em *Opus Postumum*, mas ainda lhe é atribuída avultada importância. Observemos que Kant decididamente aponta para a importância em se pensar a construção dos conceitos, algo que antes não lhe tinha importância. Não obstante, agora, que Kant indica como elemento deste campo neutro pelo qual é possível acessar os territórios um princípio subjetivo que é posto *a priori* como fundamento da pesquisa física, ou seja, ao pensarmos uma dedução nesta passagem,

⁵ Das System der Metaphysischen Anfangsgründe der N. W. hat sein besonderes nach Principien *a priori* begrenztes Territorium; Ein Anderes ist für die Physik abgesteckt welche das Ganze Naturwissenschaft (scientia naturalis) so fern sie empirisch ist gehörende in einem System Physik genannt zu enthalten bestimmt ist. (KANT, OP AA21:360).

⁶ [...] denn die Physik soll eine Wissenschaft als System seyn; aus zusammengetragenen empirischen zur Naturkunde gehörenden Stücken läßt sich zwar fragmentarisch ein Aggregat nie aber ein System herausbringen [...] wozu nothwendig ein Umriss der Form erfordert wird in welchem für die mancherley physische Wahrnehmungen die uns zu Hand kommen dürften (als dem Materiale der Wissenschaft) ihre Stellen schon vorher (nach einem Princip *a priori*) angewiesen werden können. (KANT, OP AA 22:360).

⁷ [...] zum Überkommen bereitet werden welches als ein besonderes Stück der Naturlehre angesehen werden muß das weder gantz zum ersten noch ganz zum zweiten gehört und nur zum Übergange von jenem zu diesem diene... [...]” (KANT, OP AA21:360).

temos o primeiro indício de seu campo de atuação e seu fundamento, ou seja, se a física não possui um sistema, esse deve ser construído a partir de um princípio subjetivo posto *a priori*.

Estes dois argumentos já nos servem de base argumentativa, e ainda autêntica as palavras proferidas por Mathieu (1958) quando este afirma que estamos, em *Opus Postumum*, diante de “um novo esquematismo”, isto é, estamos diante de um trabalho que se constitui por um sistema elementar e por um sistema do mundo, que se inicia pela demonstração *a priori* da existência do éter. Com o conceito de éter estabelece-se a possibilidade da experiência como uma totalidade. De fato, como bem atentamos outrora, a transição entre a física e a metafísica necessita de um plano para a realização desta “ponte” e quem a constitui seria, então, o éter. Por isso, este não pode ser interpretado como mera hipótese, tornando necessária uma prova apodítica de sua existência; o éter não pode ser posto, aqui, como fundado na experiência, e sim, deduzido, construído como algo sem o qual a experiência não seria possível. No entanto, atentemos para que tal comprovação, ou seja, que a existência de um elemento universal penetre todos os corpos e os coloque interiormente em movimento é subjetiva no *Opus*. Esta afirmação é destacada pelo próprio Kant, nesta passagem:

O calórico não é uma coisa hipotética, assumida para explicar certos fenômenos que pertencem a experiência, mas sim, uma coisa efetiva cuja fundamentação contém ao mesmo tempo a base dos efeitos primitivos da matéria no espaço e o supremo princípio da passagem dos princípios metafísicos da natureza para a física. Não deve, contudo, considerar-se empírico este princípio; não é derivado da experiência (dever-se-ia considerar neste caso como derivado da física), mas sim construído *a priori* em prol da experiência. (KANT, OP AA22:613, tradução nossa)⁸.

Este interesse quanto à prova do éter dá-se pelo fato desta prova não provir empiricamente da experiência, mas do princípio de possibilidade da experiência. Contudo, chama-nos a atenção e, assim, destacamos seu caráter subjetivo. Esta posição também é defendida por Fernandes (2006, p. 302), quando afirma que “no interior e exterior dos corpos as forças que constituem o éter engendram relações e são essas emanções que se manifestam como níveis distintos do sistema do mundo [...]”. Se nos atentarmos por um instante à pertinência do éter na passagem, notamos que este é o equivalente da totalidade das forças motrizes, é ele quem garante a unidade da matéria. Assim, a existência do éter passa a ser a condição *a priori* do sistema da experiência, mas há ainda a necessidade de provar a existência de uma matéria determinada chamada éter, e, como dissemos, esta prova que é tomada sobre as condições de possibilidade é subjetiva.

Sob esta perspectiva, destacamos que o elemento inovador com o qual Kant nos brinda com fôlego renovado em *Opus Postumum* é o antigo problema de como é possível a física. Este problema, mesmo neste novo contexto, continua dependente da dedução transcendental. O próprio Kant (OP) destaca que os princípios desta passagem (*Übergang*) devem ser buscados empiricamente e estabelecidos cientificamente, segundo a tábua das categorias. De acordo com Fernandes (2006, p. 25), há uma retomada da “tábua das categorias de 1781 na passagem que se caracteriza pela explicação de todas as formas existentes para o sujeito a partir de uma variedade de forças interatuantes [...]” Será esta dedução das forças que constituirá o critério que preside a possibilidade da experiência, e que entendemos ratificar a presença de uma dedução, em *Opus Postumum*.

⁸ Der Wärmestoff ist nicht ein bloß hypothetisches zur Erklärung gewisser zur Erfahrung gehörender Phänomene angenommenes Ding [...] sondern ein wirkliches Ding dessen Begründung zugleich als die Basis der primitiven Wirkungen der Materie im Raum das oberste Princip des Fortgangs der metaph. A. G. der N. W. zur Physik enthält. Dieses Princip ist aber nicht als empirisch anzusehen: es ist nicht von der Erfahrung abgeleitet (denn alsdann wäre es von der Physik abgeleitet) sondern ist zum Behuf der Erfahrung *a priori* mithin als nothwendig constituirt anzusehen. (KANT, OP AA22:613).

Dados estes elementos, entendemos ser possível postular a tentativa kantiana de uma nova dedução no *Opus*, em torno das concepções de Kant (OP) a respeito do esquematismo da força motriz poder ser pensado *a priori*, – força motriz esta que, como o próprio Kant (OP 22:342, tradução nossa) destaca, é a “física que é a ciência da experiência das forças motrizes da matéria, na medida em que a matéria constitui um sistema [...]”⁹. Considerando este cenário, não se pode deixar de atentar à dificuldade em se pensar o processo pelo qual o entendimento opera com as questões formais e puras da sensibilidade. O problema, aqui, é então exatamente este: como exigir *a priori* um sistema de conhecimentos empíricos, que não são empíricos e nem poderiam sê-lo? Eis uma questão basilar para se pensar a dedução, em *Opus Postumum*. Temos, então, de realocar a questão e pensar que tratamos, aqui, não apenas de um material dado *a priori* pelo intelecto, ou seja, a condição formal para que algo seja dado, mas que falamos, agora de um objeto construído diretamente por nós. Assim, este material puro não poderia ser uma simples forma da intuição, mas sim, a forma realizada pela matéria, o que novamente reverbera a necessidade de uma dedução para tal fim¹⁰.

Não podemos negligenciar ainda a referência de Kant à fisiologia, ou seja, de fato há uma preocupação por parte deste sobre os objetos dados aos sentidos, mas também em atribuir à construção do objeto uma atividade que o constitui deliberadamente. Atentemos, então, ao fato de que a construção deste objeto possui uma característica tendenciosa que o constitui em sua particularidade¹¹, indicando o caráter indireto do objeto que construímos. Em *Opus Postumum*, Kant caracteriza este objeto indireto como fenômeno indireto, e será a investigação da composição deste fenômeno indireto que precede o fenômeno direto, isto é, é a forma como este fenômeno compõe-se e a sua estrutura que faz dele um objeto para nós, estas afirmações contribuem para ratificar a existência de uma nova dedução em *Opus Postumum*.

Coletado os argumentos em prol da existência de uma dedução em desenvolvimento em *Opus Postumum*, dedução que entendemos tratar de uma dedução transcendental das forças, cabe-nos agora avaliar e comprovar com maior acuidade se esta estaria ligada intimamente a questões pertinentes à teoria dos juízos e à *Crítica*, e, conseqüentemente, de qual edição desta obra. Podemos começar por um incisivo exemplo desta ligação: a experiência que é caracterizada por ele como um conhecimento mediante percepções ligadas entre si, tendo as categorias como condição de possibilidade. Vejamos esta caracterização dada por Kant, literalmente, em *Opus*:

A passagem à física é, pois a predeterminação das relações internas ativas do sujeito coordenando as percepções para a unidade da experiência, nisto a representação empírica desta relação dos objetos dos sentidos não é empírica, mas comporta a priori um princípio a priori da composição das forças motrizes segundo estas relações que são suas, matéria ponderável e imponderável, coercitiva ou não [...] é após este fio condutor que é necessário instaurar sistematicamente os princípios da pesquisa física segundo o conteúdo empírico: eles seguem o sistema das categorias (KANT, OP AA22: 337, tradução nossa, grifo nosso)¹².

⁹ Physik ist die Erfahrungswissenschaft von den bewegenden Kräften der Materie in so fern sie (die Materie) ein System ausmach[...] (KANT OP AA22:342)

¹⁰Quanto a este objeto construído em nós, Mathieu (1958) destaca que se trata de um objeto indireto, ou seja, construído pela matéria do éter e que, portanto, não está presente diretamente à nossa sensibilidade, mas existe do mesmo modo indireto, como o éter.

¹¹Cf. Mathieu (1958, p.42).

¹²Der Übergang zur Physik ist also die Vorherbestimmung (praedeterminatio) der inneren Activen Verhältnisse des die Wahrnehmungen als zur Einheit der Erfahrung zusammenstellenden Subjects wobey die empirische Vorstellung dieses Verhältnisses der Sinnesobjecte nicht empirisch ist sondern ein Princip a priori der Zusammensetzung der bewegenden Kräfte zu einem System derselben in dem Begriffe einer Physik a priori bey sich führt und zwar ein Princip der Eintheilung a priori der bewegenden Kräfte nach dieser ihren Verhältnissen als ponderabler oder imponderabler, coercibeler oder incoercibeler[...] als

Constata-se, nesta passagem, que Kant propõe seguir, em *Opus Postumum*, um sistema das categorias, ou seja, recebemos uma multiplicidade de sensações não estruturadas, e para que estas sejam estruturadas e se transformem em objetos, é necessária uma regra, uma unidade, uma síntese. Desta forma, qualquer unificação da multiplicidade dada na intuição representa uma unidade conforme as categorias, sem as quais não seria possível um conhecimento objetivo. Contudo, esclarecemos que em *Opus Postumum* a dedução das propriedades da matéria e do éter opera também em relação às categorias e aos princípios do entendimento, correspondendo respectivamente à ponderabilidade e à imponderabilidade, à quantidade, à coercibilidade e à incoercibilidade, à qualidade, à coesão e à incoesão, à relação, à exaustibilidade e à inexaustibilidade, e à modalidade, atestando certa semelhança. No entanto, temos de pensar, ainda diante deste cenário de semelhanças, também nas dissemelhanças. Para tal, observemos o papel preponderante da síntese como princípio da composição que é destacado na passagem citada, e notemos como a questão versa sobre a possibilidade da física (enquanto ciência, por conseguinte não como agregado fragmentado, mas como sistema do conhecimento empírico, consequentemente como doutrina *a priori*)¹³. Citando Vleeschauwer (1976, p. 576), podemos pensar que “o problema repousa sobre a construção ideal de um fator transcendental chamada experiência”. O que o comentador propõe, aqui, é pensar que a experiência tem uma conotação diferente daquela proposta pelo tradicional empirismo, caracterizando-a como “uma construção *a priori* efetuada pela razão, construído primeiramente [...]” (Vleeschauwer, 1976, p.576) De fato, o comentador tem razão e, de certa forma, as semelhanças são limitatórias, mas tal limitação dá-se pelo tratamento dado à questão na *Crítica*. Kant (OP. AA22:476) ratifica esta posição o comentador quando afirma que a experiência é a ligação ativa das representações empíricas sob um princípio de sua conexão *a priori*, a partir dos conceitos do sujeito. Com esta declaração de Kant podemos constatar uma unificação subjetiva pautada pelo sujeito; é esta concepção sobre a essência subjetiva da experiência, presente em *Opus Postumum*, que pode diferenci-lo, em certa medida, daquele da *Crítica* que lhe confere um caráter minoritário.

Assim, pode-se pensar haver em *Opus Postumum* certa divergência quanto à ideia da objetividade, síntese daquela posta por Kant, na *Crítica*, visto que, nesta ela é a última referência da objetividade das percepções, considerando que em *Opus Postumum*, ela é definida como uma coordenação de representações empíricas com consciência¹⁴. Contudo, embora tais diferenças sejam perceptíveis e verossímeis elas diminuem substancialmente quando nos defrontamos com a querela subjetiva, presente em 1781, como, por exemplo, a questão da unidade da apercepção, é inevitável não aproximá-la da ideia de uma unidade sintética de um sujeito finito, e da presença deste, em *Opus Postumum*. Para elucidar esta possibilidade, citamos Kant:

Para se chegar *a priori* aos conhecimentos empíricos e a seu sistema de experiência, o sujeito deve antes subjetivamente captar de modo fragmentado a relação das forças motrizes diante de si mesmo na representação do sentido interno e do conjunto de suas percepções e as ligar numa consciência, isto não se produz pelo tatear entre as sensações, mais sistematicamente, segundo o aspecto formal dos fenômenos diversos da intuição de si mesmo, por este ato e composição (sintética) ele faz de si mesmo objeto, segundo um princípio, como ele aparece a si mesmo e não retira da intuição (empírica) nada mais do que há ali. (KANT, OP AA22:358, tradução nossa, grifo nosso).

nach deren Leitfaden die Principien der Naturforschung nach ihrem empirischen Inhalt systematisch aufzustellen sind.) indem sie dem System der Categorien folgen. (KANT, OP AA22:337).

¹³ Cf. Kant (OP AA22:345).

¹⁴ Cf. Kant (OP AA22:471).

Esta passagem nos chama a atenção também pelo fato de estar presente o desejo em garantir o sistema através de um princípio unificador. Destacamos ainda que Kant (OP) afirma que o pensamento é apenas conceito no sujeito que necessita de uma sistematização tornando o esquematismo objetivo. Esta posição de Kant destaca ainda a pertinência de um sistema e aponta para a necessidade espontânea criativa para a determinação, qualquer que seja a unidade sistemática, aproximando-a ao papel da imaginação, posta em 1781. Dito isto, voltamos nossa atenção à ideia de que a ligação ocorre a partir da espontaneidade criada pelo sujeito, assegurada pelo transcendental, mas em estreita relação com o empírico. Definitivamente, Kant, em *Opus Postumum*, propõe explicar como se dá esta mesma situação, porém na física.

Paschi (2005), acertadamente, declara que o problema fundamental de Kant para a passagem é a matéria, ou seja, a necessidade de proteger a origem empírica de todo conhecimento. A solução proposta por Kant seria a de referir-se à construção que o sujeito faz desta; teríamos então, de um lado, a construção do sujeito, contudo, construído tendo como fundamento algo empírico que afeta nosso sentido e que está fora de nós, mas que aparece gradativamente determinado por nós.

Assim, se qualquer aparência da experiência, enquanto tal, deve ser reagrupada sob o princípio *a priori* da filosofia transcendental, reafirmamos que necessitamos para que isso ocorra de um esquema que os ligue ao empírico. Kant (OP) deixa claro que não é pelo fato do sujeito ser afetado empiricamente pelo objeto, mas sim, pelo fato de que ele mesmo se afetar, e diz que é aí que estaria a passagem do princípio metafísico da ciência da natureza à física. Kant indica, claramente, para a espontaneidade do sujeito, com a qual ele afeta a si mesmo, reverberando que esta matéria pura, com a qual o esquematismo trabalha, não é uma simples forma da intuição, como o espaço e o tempo, mas sim, a forma realizada numa matéria. Pensemos ainda que a espontaneidade parece ser pensada, aqui, também como uma ação interna e que torna possível a construção do objeto.

Mathieu (1958) destaca que a demonstração da existência do éter teve o desígnio de realizar a forma do espaço, tornando uma matéria dada (a saber, *a priori*), de modo que o objeto que o intelecto constrói com ele não seja apenas uma determinação formal possível. Esta posição é vista nos Convolut X e XI, nos quais Kant declara que o fenômeno não é outra coisa, senão este conjunto de relações entre a força do éter – relação que não aparece, senão de modo indireto. É este fenômeno que Kant denomina fenômeno do fenômeno. Este conceito indica que o fenômeno indireto pode ver o objeto como objeto para a percepção, ou seja, na esfera do Eu empírico, ou ainda entendê-lo como produto duma autoafecção no âmbito do Eu transcendental. Fernandes (2006, p. 407) destaca o “fenômeno indireto como objeto afetante e o fenômeno direto como produto desta afecção”. Assim, temos então de ter em mente que é através da autoafecção que surge o mundo constituído pelos complexos de forças motrizes.

A questão é que esta afecção é algo que o próprio sujeito teria sintetizado, trazendo unidade ao objeto, como foi destacado por Kant (OP AA22:323, tradução nossa), nesta passagem: “Não podemos tirar da intuição empírica nada mais que nós mesmos e o mesmo para a física. O sujeito afeta a si mesmo na síntese como fenômeno”¹⁵. Assim, o sujeito afeta-se com o objeto que ele próprio construiu, evidenciando a necessidade desta construção. Esta posição não é só esclarecedora, como indica uma clara construção sintética subjetiva, presente na *Crítica* de 1781 e retomada em *Opus Postumum*, construção sintética que caracterizaria a passagem do inteligível ao sensível, indicando clara proximidade com a posição sintética subjetiva inexplorada por Kant em 1781, mesmo atrelada ao sujeito empírico, no *Opus*. Diante destas

¹⁵ Wir können aus der empirischen Anschauung nichts heraus heben als das was wir selbst für die Physik hineingelegt haben. Das Subject afficirt sich selbst in der Synthesis als Erscheinung (KANT OP AA22:323)

similaridades, entendemos, até aqui, que, em *Opus Postumum*, há indubitavelmente a presença da dedução e que esta possui certa proximidade com elementos presentes na dedução em 1781, destacando em especial este viés subjetivo que entendemos ser também o elemento que descaracterizaria uma proximidade do *Opus Postumum* com a edição de 1787, considerando a cisão feita por Kant entre as deduções.

Postas estas considerações, concluímos ser indubitável caracterizar a presença de uma dedução em desenvolvimento em *Opus Postumum*, defendendo a primeira etapa da tarefa a que nos propomos aqui. Embora já tenhamos apresentado anteriormente alguns elementos que caracterizariam esta dedução como mais próxima daquela de 1781, seguiremos destacando incisivamente os elementos que entendemos alicerçar ainda mais tal aproximação e, assim, corroborar a nossa posição. Primeiramente, mantendo a ordem da argumentação, de onde advém a questão de como tornar objetivamente válido um objeto que se constrói pautado ao meu modo de recebê-lo, ou seja, uma representação própria do sujeito empírico. Kant (KrV) destaca, na *Crítica*, a afecção como efeito dum objeto sobre a capacidade representativa. Em *Opus Postumum*, a autoafecção é aquilo que o entendimento (entendido como síntese transcendental da imaginação) exerce sobre o sujeito¹⁶. Esta posição destaca um elemento importante: Kant, claramente, coloca um objeto fora de si, considerando um objeto como dado – esta posição difere daquela proposta pela refutação ao idealismo, posta na edição de 1787. Tal posição já poderia ser considerada um forte indício de uma proximidade maior do *Opus* com a edição de 1781.

Outro ponto de proximidade que desejamos destacar é também apontado por Fernandes (2006). O comentador ressalta que Kant, ao afirmar a possibilidade de se procurar preencher a lacuna partindo quer dos princípios *a priori* quer do sensível empírico, acaba por destacar a ideia de se partir da sensível para o inteligível. Fernandes (2006) ratifica que Kant não excluiu esta hipótese. Entendemos que, de forma alguma, Kant a desconsidera. Pelo contrário, parece fazer exatamente isto, nesta obra final.

Seguindo a arguição de Fernandes (2006, pp. 280-296), o comentador é categórico e afirma que: “Kant usou parte da dedução de 1781 sem qualquer hesitação na passagem (*Übergang*) [...]”. Em *Opus Postumum*, “Kant passará das forças motrizes à matéria [...]”, e isto ocorrerá devido a um componente relativo à primeira dedução das categorias que aparece na nova dedução, em *Opus Postumum*. Este elemento dá-se pelo fato de que Kant, na primeira edição da *Crítica*, caracteriza a impossibilidade de a matéria desprender-se da forma para se constituir como objeto autônomo. De fato, mesmo na refutação ao idealismo, ela não dispensa a necessidade de um Eu transcendental. De acordo com Fernandes (2006, p. 296), isto se dá por uma “exigência do criticismo [...], mas na passagem (*Übergang*) o dado concreto é indissociável da forma como é o caso na antecipação [...] matéria e forma não são simples componentes [...]”, mas constituiriam o todo da representação. De fato, para Kant (OP AA21:201-203 apud FERNANDES, 2006, p. 296) a “matéria enquanto redutível as forças motrizes, é claramente definida [...]”. A esta necessidade de conferir uma unidade sistemática ao conjunto de conhecimentos, conotando-o um estatuto de ciência, no *Opus*, assemelha-se a doutrina transcendental do método, presente na primeira edição da *Crítica*¹⁷. É possível pensarmos, aqui, que recolhemos todo o material para a construção do sistema previamente.

¹⁶ Cf. Kant (OP AA21:56 AA22:126).

¹⁷ Em especial na passagem A.382, na qual Kant mostra que “Por arquitetônica entendo a arte dos sistemas. Como a unidade sistemática é o que converte o conhecimento vulgar em ciência, isto é, transforma um simples agregado desses conhecimentos em sistema [...]” (KANT, KrV A.832) Contudo, numa passagem mais adiante, precisamente em A.835, Kant é categórico e afirma que “os sistemas parecem terem sido criados a partir de simples confluências de conceitos reunidos [...] possuindo seu esquema como germen primitivo na razão [...]” (KANT, KrV A.835)

Fernandes (2006) ressalta corretamente que isto resultaria da impossibilidade do intelecto de determinar *a priori* as regularidades empíricas em sua particularidade. Quanto ao suporte fisiológico o comentador destaca que Kant “invoca a fisiologia, que se ocupa de objetos dados aos sentidos, fazendo desta uma fisiologia imanente” (FERNANDES, 2006, p. 296). Esta afirmação funda-se sobre a ideia de que Kant se pergunta sobre como atingir um conhecimento *a priori*, a partir de objetos dados através dos sentidos (*a posteriori*). Contudo, vemos na própria estrutura argumentativa do *Opus* que esta tarefa e seu desenvolvimento, caracterizado na passagem (*Übergang*), é preenchido a partir dos dados dos sentidos, o que culmina na primazia do empírico, consequentemente, do subjetivo, algo que é indubitavelmente cabível se é que assim podemos defini-lo, comparando-o à primeira edição da *Crítica*.

A esta relação com o objeto que nos é dado em nossa representação sensível, a síntese que torna perceptível este objeto, visto em *Opus Postumum*, não nos parece ser unicamente uma atividade sintética primaz do entendimento, como fora na *Crítica*. Vejamos que Kant (KrV A. 85) destaca que “dá o nome de dedução transcendental a explicação pela qual esses conceitos se podem referir *a priori* a estes objetos a estes distingo da dedução empírica que mostra como se adquire um conceito mediante a experiência [...]”. Acreditamos, porém, que a afirmação mais profícua e que nos parece oposta à investigação no *Opus* a este respeito é referente à passagem A.87, na qual Kant é categórico ao dizer que “não se pode ter destes conceitos nada além de uma dedução transcendental e nunca uma dedução empírica [...] isto seria um esforço vão [...]” (KANT, KrV A. 85). Mas, se nos atentarmos a seção 14 intitulada Passagem à Dedução Transcendental Das Categorias, há um claro apontamento de Kant (KrV) sobre as faculdades, sob as quais se assentam a possibilidade de toda experiência que, por sua vez, fundam-se sob faculdades que possuem tanto uma aplicabilidade transcendental quanto empírica. Dito isto, salientamos que há certa delimitação nesta argumentação, uma presente restrição quanto derivar as leis empíricas do entendimento, ou seja, uma dedução empírica, que busca na experiência, explicações sobre a construção dos conceitos. Mas, alegamos, contudo, que esta posição, embora, indicada na *Crítica*, não foi aprofundada, questão que se torna diferente em *Opus Postumum*. Kant (OP AA22:341 apud FERNANDES, 2006, p. 296) é explícito ao afirmar que, no que concerne à matéria, isto é, ao sujeito por ela afetado, “é, portanto, pelas forças motrizes, externamente afetado, essas forças motrizes são as próprias percepções [...] Desta forma torna-se claro como atingir *a priori* um sistema de representações empíricas, o que parecia impossível, e antecipar as experiências [...]. ” Ora, a passagem (*Übergang*) caracteriza-se exatamente pelo desrespeito a esta norma. Assim, atestamos que Kant traz elementos da dedução de 1781 e os reintroduz em *Opus Postumum*, reavaliando esta investigação subjetiva que foi apontada por ele na *Crítica*, mas não desenvolvida.

Por fim, acentuado a existência de uma dedução em construção, em *Opus Postumum*, e sua possível aproximação à edição de 1781 da *Crítica*, corroboramos, enfim, esta existência destacando esta significativa e comprobatória passagem de *Opus Postumum*:

Nós não teríamos, desde logo, consciência alguma de um corpo mole ou duro, quente ou frio, etc. se não dispuséssemos previamente do conceito destas forças motrizes da matéria (atração e repulsão ou as suas subordinadas extensão e coesão) podendo segundo o caso dizer que uma ou outra destas pertence a este conceito. Há, pois conceitos dados *a priori* ao conhecimento, mas nem por isso são conceitos empíricos, mas sim em prol da experiência, (coisa subjetiva natural) para ter objetos dados *a priori* segundo um princípio; isto é deve-se a que nós próprios tenhamos feito o objeto da intuição empírica (percepção) e o tenhamos produzidos em nós próprios por composição e em relação com os instrumentos da sensação, podendo assim apresentar um objeto dos sentidos para a experiência segundo os princípios universais da mesma; deste modo

produzimos o singular da representação sensível em geral segundo a forma, na intuição sensível para o sujeito.

Se, por exemplo, um cristal de rocha; na classificação dos minerais nesta espécie do gênero das rochas quer dizer um corpo frágil, duro antes fluido, agora transparente e regularmente formado com certa figura e estrutura; um corpo que pensamos ter sido produzido devido a uma matéria de determinado tipo. O entendimento, mediante descrição *descriptio* e não explicação *definitio* – pois ela não teve sua origem em conceitos *a priori* – produz, a partir da matéria empírica *basis*, o conceito de um corpo transparente e regularmente formado por certa figura e estrutura, um corpo cuja produção pensamos como devida a uma matéria de um tipo determinado. E agora o entendimento mediante descrição (*descriptio*), não explicação (*definitio*) – pois aquela não teve a sua origem em conceitos de um corpo transparente unido por atração e fortemente resistente por repulsão, à variação da sua figura; o entendimento coloca sobre o material da intuição empírica o formal da experiência (KANT, OP AA21:181-206 apud FERNANDES, 2006, pp. 305-306).

O que nos chama a atenção, aqui, é que Kant destaca uma espécie de estrutura subjetiva de nossas funções cognitivas, condições formais *a priori* da possibilidade da física como ciência “mostrando de uma maneira *a priori* como as condições subjetivas do conhecer servindo de método de identificação de todas as forças empíricas que a física encontra em seu caminho” (VLEESCHAUWER, 1976, p. 585). Entendemos esta constatação como um forte indício que contribui para nossa afirmação sobre a retomada da investigação subjetiva que fora apontada por Kant, em 1781. Destacamos ainda o fato de que Kant, ao apresentar a ideia da construção do sistema de forças, sua forma subjetiva, sua relação à força cognitiva e a síntese como possível, isto é, a capacidade de nossa alma em construir *a priori* um sistema completo das forças empíricas e das propriedades gerais da matéria, nos remeteria definitivamente a conjecturas próximas a elementos da dedução de 1781, mas ressaltamos aqui não se tratar necessariamente do mesmo projeto.

Considerações finais

Como resultado desta investigação que se propôs evidenciar a existência, ou não, de uma dedução em *Opus Postumum*, e se seria possível aproximá-la da edição de 1781 da *Crítica*, obtivemos como resultado uma resposta positiva, ou seja, corroboramos que de fato há elementos que atestam uma nova dedução em desenvolvimento no *Opus Postumum*, e que esta possui proximidade com a primeira edição da *Crítica*. Quanto à posição da resolução do problema, a afirmação feita no início desta apresentação se faz verdadeira, ou seja, a obra é ilativa, pois Kant não a termina, por isso contamos apenas com indícios de uma possível resolução. Esta é uma questão que gera grandes dificuldades na exposição e discussão com o texto, visto que este trata de fragmentos muitas vezes contraditórios. Disto resulta grande ambiguidade interpretativa, questão que reconhecemos, incide diretamente na tentativa de aproximação do *Opus* com a primeira, ou mesmo com a segunda dedução da *Crítica*. Contudo, quanto a esta proximidade demonstramos aqui afim de defendermos nossa posição os fragmentos que a aproximam o *Opus* da primeira edição da *Crítica*. Demonstrando, elementos que reverberam a investigação presente no *Opus* concedendo ênfase especial à subjetividade e a questões relacionadas a ela, caracterizando uma reavaliação da parte subjetiva da dedução transcendental exposta na primeira edição da *Crítica*.

Referências

- DUQUE, F. *Transición de los principios metafísicos de la ciencia natural a la física (Opus Postumum)*, Madrid: Anthropos, 1991.
- FERNANDES, A. F. *Da aporia à cisão: uma interpretação do Opus Postumum kantiano*. (Série Universitária). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.
- KANT, I. *Gesammelte Schriften Hrsg. Bd. 1-22 Preussische Akademie der Wissenschaften, Bd. 23 Deutsche Akademie der Wissenschaften zu Berlin, ab Bd. 24, Akademie der Wissenschaften zu Göttingen*. Berlin 1900ff.
- KANT, I. *Opus Postumum*. Traduction de François Marty. Paris: Presses Universitaires de France, 1986.
- MATHIEU, V. *La filosofia trascendentale e l'Opus Postumum di Kant*. Torino: Ed. Filosofia, 1958.
- PASCHI, M. *L'immaginazione come forma del trascendentale*. Pisa: Giardini editori, 2005.
- VLEESCHAUWER, H. J. de. *La déduction transcendentale dans l'oeuvre de Kant*. 3 vol. Paris: Champion, 1976.

Autor(a) para correspondência: André Renato de Oliveira, R. Cora Coralina, 100 - Cidade Universitária, 13083-896, Campinas – SP, Brasil. andrerpro@hotmail.com